

A hand is shown from the bottom left, holding a dark-colored Mercado Pago card. The card is tilted and features the text 'MERCADO PAGO' in large, light-colored letters. A small logo is visible on the card. The background is a deep blue with vertical light rays emanating from behind the card, creating a sense of depth and focus.

Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Mercado Pago Instituição de Pagamento
30 de Junho de 2024



Relatório da Administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. ("Companhia" ou "Mercado Pago") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

O Mercado Pago é uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar as transações que forneçam aos seus usuários mecanismos fáceis e seguros de recebimentos e pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line). Estamos conscientes do nosso papel social cada vez mais relevante e, por isso, contribuimos como facilitadores para que milhares de micro e pequenas empresas da região possam continuar a desenvolver seus negócios.

A receita de prestação de serviços e similares do semestre findo em 30 de junho de 2024, montante que resulta substancialmente das tarifas cobradas dos usuários em cada uma das operações, indica um crescimento de 16% quando comparado com o mesmo período do semestre anterior.

Estes aumentos também se refletem no valor registrado em depósitos, que são compostos pelos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento sob sua administração.

O plano de negócio do Mercado Pago prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

O Mercado Pago obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 01 de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga, e em 11 de março de 2020, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. Desta forma, em decorrência da obtenção dessas autorizações, a Companhia adota os procedimentos aplicáveis, inclusive quanto à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

A administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 28 de agosto de 2024.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria da
Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Rui Borges', written over a circular stamp or watermark.

Rui Borges
Contador CRC-SP207135/O

MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023****(Valores em R\$ mil)**

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
ATIVO			
Disponibilidades	4	455.995	582.301
Instrumentos financeiros		41.446.290	31.593.739
Títulos e valores mobiliários	5.a	17.025.482	12.538.862
Instrumentos financeiros derivativos ativos	5.b	39.364	89
Outros ativos a receber	5.c	24.381.444	19.054.788
Impostos e contribuições a compensar		1.094.574	614.567
Provisão p/ créditos de liquidações duvidosas	6	(304.447)	(249.070)
Ativos fiscais diferidos	20.b	554.575	484.565
Imobilizado de uso		75.476	75.194
Depreciações		(39.436)	(36.284)
Intangível	7.a	1.240.888	1.112.795
Amortizações	7.a	(792.931)	(654.961)
Total do Ativo		43.730.984	33.522.846
PASSIVO E PL			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		38.684.838	29.920.702
Depósitos	8	19.388.162	14.774.829
Relações interfinanceiras	9	6.751.027	4.364.574
Obrigações por empréstimos	10	600.772	205
Instrumentos financeiros derivativos passivos	5.b	-	16.817
Outros passivos diversos	11.a, 11.b	11.944.877	10.764.277
Outras obrigações	11.c	1.336.804	837.939
Provisões	12	1.014.735	917.926
Obrigações fiscais diferidas	20.b	13.148	-
TOTAL DO PASSIVO		41.049.525	31.676.567
Capital social	13.a	1.114.840	982.340
Capital social integralizado	13.a	1.247.340	1.237.340
Aumento de capital - em aprovação	13.a	-	10.000
Capital social a realizar	13.a	(132.500)	(265.000)
Outros resultados abrangentes	13.b	25.523	(12.483)
Reserva de lucros		876.422	420.305
Lucros acumulados		664.674	456.117
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.681.459	1.846.279
Total do Passivo e PL		43.730.984	33.522.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023****(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)**

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		345.221	421.388
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		345.221	421.388
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(100.216)	21.444
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	(65.826)
Obrigações por empréstimos		(1.517)	35.536
Resultado de variação cambial		(98.699)	51.734
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14	245.005	442.832
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		765.359	201.593
Receitas de prestação de serviços e operacionais	15	8.245.118	7.106.523
Despesas de pessoal	16	(341.380)	(311.894)
Despesas administrativas	17	(659.691)	(533.538)
Despesas tributárias	18	(1.098.780)	(952.316)
Despesa direta por transações de pagamentos	19	(1.364.793)	(1.408.998)
Despesa com serviços ligados a transações de pagamento	19	(2.375.217)	(1.700.206)
Outras despesas operacionais	19	(1.639.898)	(1.997.978)
RESULTADO OPERACIONAL		1.010.364	644.425
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.010.364	644.425
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20.a	(345.690)	(220.091)
Imposto de renda corrente		(310.306)	(168.971)
Contribuição social corrente		(111.825)	(60.615)
Imposto de renda e contribuição social diferido		76.441	9.495
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		664.674	424.334
Quantidade de cotas		1.247.339.985	982.339.985
Lucro por cota		0,53	0,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023**
(Valores em R\$ mil)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro do semestre	664.674	424.334
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	522	286
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	791	433
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	(269)	(147)
Hedge de Fluxo de Caixa	37.484	(18.916)
Parcela efetiva das mudanças no valor justo	56.092	(27.485)
(Ganhos)/Perdas a diferir para o resultado	702	(1.175)
Imposto sobre valor justo do Hedge de Fluxo de Caixa	(19.310)	9.744
Varição de outros resultados abrangentes	38.006	(18.630)
Resultado abrangente líquido do semestre	702.680	405.704

MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023****(Valores em R\$ mil)**

	Notas	Capital realizado	Aumento de capital	Capital social a realizar	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		972.340	-	-	(3.386)	420.306	-	1.389.260
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		-	-	-	(18.630)	-	-	(18.630)
Lucro do semestre		-	-	-	-	-	424.334	424.334
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2023		972.340	-	-	(22.016)	420.306	424.334	1.794.964
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.237.340	10.000	(265.000)	(12.483)	876.422	-	1.846.279
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		-	-	-	38.006	-	-	38.006
Aumento de capital	13.a	10.000	(10.000)	132.500	-	-	-	132.500
Lucro do semestre		-	-	-	-	-	664.674	664.674
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2024		1.247.340	-	(132.500)	25.523	876.422	664.674	2.681.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023****(Valores em R\$ mil)**

	30/06/2024	30/06/2023
LUCRO DO SEMESTRE	664.674	424.334
Ajustes ao caixa gerado pelas atividades operacionais	293.389	122.004
Depreciação e amortização	141.122	117.357
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	55.377	20.864
Provisão/reversão para contingências	105.470	110.763
Provisão das atualizações monetárias por empréstimos	1.517	(35.536)
Variação cambial dos ativos e passivos operacionais	103.542	(51.764)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(4.843)	-
Atualização de depósito judicial	(32.355)	(30.185)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(76.441)	(9.495)
Total ajustes de reconciliação	958.063	546.338
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais	(1.689.009)	(964.408)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos	(4.485.129)	(2.115.152)
Impostos a compensar e outros ativos a receber	(5.769.464)	507.218
Depósitos	4.613.336	823.159
Outras obrigações e outros passivos diversos	4.205.332	(40.027)
Pagamentos de Juros por empréstimos	(1.467)	-
Impostos de renda e contribuição social pagos	(251.617)	(139.606)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	(730.946)	(418.070)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(128.375)	(129.390)
Alienação de imobilizado de uso	(282)	884
Aquisições de intangível	(128.093)	(130.274)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(128.375)	(129.390)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	733.017	260.750
Captação de empréstimos	600.517	260.750
Aumento de capital	132.500	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiam	733.017	260.750
DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(126.304)	(286.710)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do semestre	582.301	640.181
Caixa e Equivalentes de caixa no final do semestre	455.995	353.471

MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. (“Companhia” ou “Mercado Pago”) é constituída na forma de sociedade limitada, domiciliada no Brasil com sede na Avenida das Nações Unidas nº 3003, Parte E, Bonfim, Osasco - SP, CEP 06233-903, Brasil, sendo seu principal controlador a Mercado Crédito Holding Financeira Ltda. O Mercado Pago tem por objeto social ser uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar transações que forneçam aos usuários mecanismos seguros e fáceis para recebimentos, pagamentos e investimentos. Esta plataforma de tecnologia de serviço de gerenciamento de pagamento é realizada no contexto operacional do grupo MercadoLivre.com quanto para outras plataformas de e-commerce e estabelecimentos físicos, através do qual as transações de pagamento realizadas pelos compradores são processadas e liquidadas para os vendedores e/ou prestadores de serviços, proporcionando aos usuários, segurança nas transações, flexibilidade e conveniência com os meios de pagamento disponíveis. O Mercado Pago obteve pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), em 01 de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga, e em 11 de março de 2020, obteve a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, todas estas conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessas autorizações, a Companhia adota os procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), inclusive quanto à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”). A apresentação desta demonstração financeira está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos aplicáveis às instituições autorizadas. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para chargeback; iii) prazo de vida útil do ativo imobilizado; iv) prazo de vida útil de ativos intangíveis; v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes; e vi) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração referente a probabilidade de ocorrência de eventos subsequentes ou futuros que possam impactar certos ativos e passivos, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela administração em 27 de agosto de 2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.a. Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

3.b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de Disponibilidades, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento.
- Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são contabilizadas em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários.
- Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários para as categorias aplicáveis, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Mercado Pago, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias “negociação” e “mantidos até o vencimento”.

3.d. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações a termo de moeda (Non Deliverable Forward – “NDF”) e Swap contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 que prevê a contabilização do diferencial a receber ou a pagar do valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no Ativo ou Passivo, respectivamente, e apropriado ao resultado como receita (quando ganho) ou despesa (quando perda). No hedge de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (“hedge”) afetam o resultado.

3.e. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis. Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

3.f. Outros Ativos a Receber

São representados principalmente pelos valores a receber de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. São os recebíveis que as adquirentes devem repassar à Companhia por conta do processamento das transações parceladas de cartões de crédito realizadas na plataforma do MercadoLivre.com e outras plataformas de e-commerce, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis. O Mercado Pago também adota a política de efetuar a antecipação de parte do saldo destes valores. As taxas e os prazos de desconto são negociados a cada operação. Estas transações configuram como transferência de direitos de crédito e, tanto os riscos como os benefícios significativos destes ativos, são assumidos pelas instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida na Demonstração do Resultado quando a Companhia concorda em liquidar antecipadamente um recebível.

3.g. **Provisão para chargeback**

A provisão para chargeback é realizada com base nas contestações dos valores a receber de transações de cartões de crédito junto às adquirentes e que estão em processo de análise, podendo ocasionar perdas futuras. A provisão é estimada utilizando-se o critério desenvolvido internamente pela Administração que leva em consideração um percentual aplicável sobre o total das transações realizadas.

3.h. **Imobilizado de uso**

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"), quando aplicável. Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associado sa tais custos e que possam ser mensurados com segurança. Os custos com reparos e manutenções são reconhecidos como Despesa quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: imóveis de uso e instalações em imóveis – 5%, móveis e utensílios – 20% e máquinas e equipamentos – 33%.

3.i. **Intangível**

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo os gastos com desenvolvimento diretamente necessários para fazer com que estejam prontos para serem utilizados pela Administração, líquido das respectivas amortizações e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"). Os custos associados à manutenção destes ativos são reconhecidos como Despesa conforme incorridos. A amortização do Ativo Intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: marcas e patentes – 20% e aquisições e desenvolvimento de software - 33%, considerando o período do contrato.

3.j. **Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros**

A Resolução CMN nº 4924/2021 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30 de junho de 2024.

3.k. Depósitos

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Referem-se aos valores mantidos em contas de pagamento, a pagar aos usuários vendedores, oriundos das transações da plataforma MercadoLivre.com e outras plataformas e que, no fim de cada exercício, não tenham sido resgatados. São registrados pelos valores das transações dos vendedores, líquido das comissões cobradas pelo Mercado Pago (percentuais sobre a venda realizada, processamento da transação na plataforma, parcelamento das compras, transferências financeiras da conta de pagamento para conta de depósito etc.).

3.l. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no momento da prestação de serviço de pagamento escolhida pelo comprador para quitação de um produto adquirido por meio do domínio Mercado Livre ou em domínios de outras plataformas de e-commerce. É apresentada líquida de impostos, devolução, abatimentos e descontos.

3.m. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;
- **Provisões e passivos contingentes:** uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possar confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

3.n. **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**

- **Correntes:** a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- **Diferidos:** os impostos diferidos podem ser reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Outros Resultados Abrangentes” diretamente no Patrimônio Líquido.

3.o. **Benefícios a empregados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Companhia.

3.p. **Obrigações por empréstimos**

Correspondem a empréstimos captados com terceiros, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

3.q. **Partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

3.r. **Resultados recorrentes e não recorrentes**

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício ou semestre aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	160.136	69.348
Depósitos bancários	210.192	454.498
Depósitos no exterior – moeda estrangeira (ii)	62.417	36.153
Cota de Fundo de Investimento Renda Fixa (iii)	23.250	22.302
Total	455.995	582.301

(i) São valores depositados nos terminais eletrônicos 24 horas. (custódia da empresa Tecban - Tecnologia Bancaria S.A).

(ii) São compostos por valores disponíveis em dólar em contas bancárias no exterior. Em 30 de junho de 2024 a variação cambial de caixa e equivalente de caixa é de R\$ 4.843.

(iii) São aplicações em cotas de fundo de investimento de renda fixa com objetivo de gestão de caixa da companhia.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.a. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os títulos e valores mobiliários foram classificados como “disponíveis para venda”, composto pelos saldos apresentados abaixo:

	30/06/2024		31/12/2023
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	559.486	559.486	12
Certificados de depósitos bancários – CDB	559.486	559.486	12
Títulos públicos	16.466.953	16.465.996	12.538.850
LFT - vinculados à prestação de garantias (i)	16.466.953	16.465.996	12.538.850
Total	17.026.439	17.025.482	12.538.862

	30/06/2024			Valor de mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	
Títulos de Renda Fixa				
Títulos privados	-	6.482	553.004	559.486
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	6.482	553.004	559.486
Títulos públicos	-	3.425.370	13.040.626	16.465.996
LFT - vinculados à prestação de garantias (i)	-	3.425.370	13.040.626	16.465.996
Total	-	3.431.852	13.593.630	17.025.482

	31/12/2023			Valor de mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	
Títulos de Renda Fixa				
Títulos privados	-	5	7	12
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	5	7	12
Títulos públicos	-	12.538.850	-	12.538.850
LFT - vinculados à prestação de garantias (i)	-	12.538.850	-	12.538.850
Total	-	12.538.855	7	12.538.862

(i) São compostos por Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) utilizados para garantir os saldos de moedas eletrônicas mantidas nas contas de pagamento, conforme determinado pela Resolução BACEN/DC nº 80 de 25 de março de 2021. São ativos que possuem alta liquidez no mercado. Não houve reclassificações de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

5.b. Instrumentos financeiros derivativos

O Mercado Pago participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias de suas operações, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. Tais instrumentos financeiros derivativos são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que alguns aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos etc.

A metodologia de precificação para a apuração do valor de mercado do instrumento derivativo de contrato a termo de moeda (Non Deliverable Forward – NDF), se baseia na utilização do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros. Segregação por tipo de contrato, contraparte e notional:

Tipo de contrato	30/06/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
NDF (non-deliverable forward)	39.364	-	89	(16.817)
Total	39.364	-	89	(16.817)

Contratos	30/06/2024			
	Contraparte	Valor de Referência (Notional)	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Termo de Moeda - Hedge Fluxo de Caixa	Mercado de Balcão	505.133	39.364	-
Total		505.133	39.364	-

Contratos	31/12/2023			
	Contraparte	Valor de Referência (Notional)	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Termo de Moeda - Hedge Fluxo de Caixa	Mercado de Balcão	466.312	89	(16.817)
Total		466.312	89	(16.817)

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos de termo de moeda classificados como Hedge de fluxo de caixa (Non Deliverable Forward – NDF) possuem vencimento entre 01 de julho de 2024 e 02 de junho de 2025.

Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Mercado Pago consistem em: hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa da empresa com exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas relativos a compra de dispositivos MPOS expressos em dólares americanos convertidos em reais. O Mercado Pago aplica o hedge de fluxo de caixa como segue: Contrata moeda futura através de NDF's (Non-Deliverable Forward) indexados a Dólar futuro e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de compra de máquinas MPOS indexados em dólares fluante e negociados através de um plano anual de aquisição. Os mesmos derivativos serão adquiridos gradualmente, com o objetivo de cobrir o plano mensal de compras estipulados inicialmente no plano anual de aquisições de MPOS para os próximos 12 meses.

Estratégias	30/06/2024			31/12/2023
	Instrumentos de Hedge		Objeto	Objeto
Contratos de NDF	Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado	Valor de Referência (Notional)	Valor de Referência (Notional)
Hedge Compra Futura de Ativo - USD x BRL (i)	505.133	39.364	475.381	425.250

(i) O valor do Ativo é referente ao montante do objeto de Hedge coberto na aquisição futura de máquinas MPOS. Os contratos de NDF (Non-Deliverable Forward) são adquiridos para cobrir o plano mensal dos próximos 12 meses com metodologia de cobertura de 80% para os 3 primeiros meses, 60% do 4º mês até o 6º mês, 40% do 7º mês até o 9º mês e 20% do 10º mês até o 12º mês. Em 30 de junho de 2024, o plano total de aquisição de ativos - MPOS corresponde a um valor de R\$ 953.196 (31 de dezembro de 2023 R\$ 882.011).

5.c. Outros ativos a receber

	30/06/2024	31/12/2023
Outros ativos a receber		
Valores a receber – Adquirentes (i)	12.456.219	11.771.408
Valores a receber – Ligadas (ii)	692.360	479.002
Valores a receber – Transações de pagamentos (iii)	5.968.774	3.830.446
Outros ativos a receber (iv)	660.000	251.160
Devedores por depósitos em garantia (v) (vi)	874.261	737.763
Conta de pagamento Instantâneo - PIX	3.668.400	1.949.628
Despesas Antecipadas	61.430	35.381
Total	24.381.444	19.054.788
Outros ativos a receber - Curto Prazo	23.357.996	18.217.462
Outros ativos a Receber - Longo Prazo (vii)	1.023.448	837.326

(i) São constituídos pelos valores a receber das adquirentes oriundas das transações de cartões de crédito a vista e parcelado, dentro da plataforma Mercado Livre e outras plataformas de e-commerce e máquinas (MPOs) de Mercado Pago.

(ii) São transações a receber que o Mercado Pago possui com suas empresas coligadas - nota 21.

(iii) Corresponde substancialmente aos valores a receber de usuários finais e incentivos de performance Visa, relativos a transações de pagamento utilizando os cartões de crédito e débito do Mercado Pago como emissor pendente de liquidação.

(iv) Valores representados substancialmente por valores a receber de títulos e créditos a receber, outras comissões diversas de serviços de transações de pagamento e caixa a compensar. Em 30 de junho de 2024, o Mercado Pago possui R\$2.374 com empresas ligadas.

(v) Corresponde substancialmente aos saldos depositados judicialmente referente ao processo judicial relacionado ao não recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") de remessas para a matriz MercadoLibre Argentina. Em 30 de junho de 2024, o total destes depósitos e demais em juízo totalizavam R\$865.296 (Em 2023 - R\$726.909) - nota 12.a (i).

(vi) Corresponde a depósito para prestação de garantia solicitado pela empresa Visa International Service para cobertura de eventuais riscos, com valor fixo e sem remuneração. Em 30 de junho de 2024, corresponde a um valor de R\$8.965 (Em 2023 - R\$10.854).

(vii) Corresponde aos montantes dos itens (v) e (vi) e aos valores a receber de usuários finais (iii) em estoque acima de 12 meses de R\$149.187 (Em 2023- R\$99.563).

6. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E CHARGEBACK

O Mercado Pago realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores a receber de usuários finais, relativos às transações de pagamento. A movimentação do semestre findo em 30 de junho de 2024 e do exercício findo de 31 de dezembro 2023 está detalhada a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(249.070)	(145.929)
Reversão	8.671	41.436
Constituição	(64.048)	(144.577)
Saldo final	(304.447)	(249.070)

7. INTANGÍVEL

7.a. Composição do intangível

	30/06/2024			31/12/2023	
	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Residual	Saldo Residual
Software	33%	1.162.013	(792.931)	369.082	371.180
Software em desenvolvimento (i)	-	78.875	-	78.875	86.654
Total		1.240.888	(792.931)	447.957	457.834

(i) Corresponde às horas de serviços de TI necessárias para o desenvolvimento de novos softwares / sistemas.

7.b. Movimentação do intangível

	Desenvolvimento de		
	Software	Software	Total
Saldos em 31/12/2022	364.755	57.628	422.383
Adições / transferências	244.292	29.026	273.318
Amortização	(237.867)	-	(237.867)
Saldos em 31/12/2023	371.180	86.654	457.834
Adições / transferências	135.872	(7.779)	128.093
Amortização	(137.970)	-	(137.970)
Saldos em 30/06/2024	369.082	78.875	447.957

8. DEPÓSITOS

Referem-se aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos		
Saldos de livre movimentação (i)	14.391.636	11.103.210
Obrigações por transação de Pagamentos (ii)	3.190.505	2.302.624
Saldos bloqueados (iii)	1.806.021	1.368.995
Total	19.388.162	14.774.829

(i) Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui saldo de R\$282.508 (em 31 de dezembro de 2023 R\$ 389.084) depositado em saldos de livre movimentação com partes relacionadas.

(ii) Referem-se aos montantes que ainda não foram convertidos em moeda eletrônica tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos previstos no arranjo de pagamento para que estes se tornem disponíveis para livre utilização. (iii) Referem-se aos saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição e os valores a pagar a instituições participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento originadas de titular de conta de pagamento.

9. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto de valores a pagar a instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. No semestre findo de 30 de junho de 2024, os saldos são compostos pelas obrigações de liquidação junto as bandeiras de cartões de débito e crédito de curto prazo no valor de R\$ 6.751.027 (em 31 de dezembro de 2023 - R\$4.364.574). O valor classificado em longo prazo das obrigações com relações interfinanceiras no semestre findo em 30 de junho de 2024 corresponde a R\$ 147.117 (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 98.207).

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

10.a. Composição de obrigações por Empréstimos

	30/06/2024	31/12/2023
Obrigações por empréstimos		
Em moeda nacional	600.772	205
Total	600.772	205

10.b. Movimentação dos Empréstimos

	31/12/2023	Captações		Pagamentos		30/06/2024
	Saldo Final	Principal	Juros apropriados e variação cambial	Principal	Juros pagos e variação cambial	Saldo Final
Empréstimos	205	600.517	1.517	-	(1.467)	600.772
	205	600.517	1.517	-	(1.467)	600.772

Em 31 de dezembro de 2023 e em 30 de junho de 2024, a Companhia não possui contrato de obrigações por empréstimos ativos. A Mercado Pago possui limite de crédito com bancos parceiros no período findo em 30 de junho de 2024 que totalizam valor de R\$ 600.772 (em 2023 - R\$ 205).

11. OUTROS PASSIVOS DIVERSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

11.a. Sociais e estatutárias

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Gratificações e participações a pagar	45.839	55.619
Total	45.839	55.619

11.b. Diversos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	11.185.666	9.535.604
Total	11.185.666	9.535.604
Credores diversos - país (ii)	681.371	1.151.706
Total	681.371	1.151.706
Provisão para pagamentos a efetuar	32.001	21.348
Total	32.001	21.348
Total Outros passivos diversos	11.899.038	10.708.658

(i) São constituídos substancialmente pelos valores que devem ser repassados para empresas coligadas nas operações executadas em nossa plataforma, corresponde ao montante que é cobrado do usuário final por transação nas plataformas, líquido da parcela da receita de processamento do Mercado Pago, por valores referente ao recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre as remessas efetuadas para controladora na Argentina e das operações com cédula de crédito bancário emitido a favor da empresa coligada Mercado Crédito SCFI. Vide nota 21. O restante dos valores inclui: rateio pelo uso da plataforma, rateio pelo processamento e utilização dos servidores de internet da matriz, reembolso de gastos, imagem corporativa e etc.

(ii) São constituídos substancialmente por valores a pagar para fornecedores e valores a pagar em processamento para sociedades ligadas no valor de R\$246.089 (Em 2023 R\$318.474).

11.c. Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Impostos e contribuições a recolher	339.552	256.216
Total	339.552	256.216
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	997.252	581.723
Total	997.252	581.723
Total	1.336.804	837.939

11.d. Total de outros passivos diversos e outras obrigações

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros passivos e Outras obrigações Curto Prazo	10.425.865	11.041.849
Outros passivos e Outras obrigações Longo Prazo	2.855.816	560.367
Total	13.281.681	11.602.216

A nota 11.d representa as aberturas de curto e longo prazo das notas 11.a, 11.b, 11.c.

12. PROVISÕES

O Mercado Pago, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista em diversas instâncias, ajuizados. A Administração da Companhia adotou como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião de seus assessores jurídicos externos, a análise das demandas judiciais pendentes e o histórico de perdas efetivas.

12.a. Composição das provisões

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo das provisões para ações judiciais é composto da seguinte forma:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para ações judiciais (i)	1.014.735	917.926
Total	<u>1.014.735</u>	<u>917.926</u>

(i) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza cível de relação de consumo e fiscais. O valor provisionado para as contingências cíveis de relação de consumo no período findo de 30 de junho de 2024 é de R\$ 99.464 (Em 31 de dezembro de 2023 é de R\$96.535).

- **Mandado de Segurança para aplicação do Tratado Brasil-Argentina e afastamento do IRRF**

Em novembro de 2014, a sociedade Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. ingressou com mandado de segurança no qual pleiteia judicialmente a não retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) sobre remessas efetuadas para a sociedade argentina MercadoLibre S.R.L., relativas à prestação de serviços de assistência de suporte, de assistência para manutenção e de atualização de websites, sem transferência de tecnologia. A avaliação da Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos externos e internos, é de que as chances de perda são prováveis (25%) e, por essa razão, a Companhia no semestre findo de 30 de junho de 2024 provisionou um montante de R\$880.154 (Em 31 de dezembro de 2023 é de R\$813.063).

- **Mandado de Segurança referente à observância da anterioridade na cobrança do ICMS-DIFAL**

Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. ajuizou mandados de segurança contra as 27 Unidades da Federação, visando assegurar a aplicação da anterioridade e impedir a exigência do ICMS-DIFAL no mesmo exercício em que a Lei Complementar nº 190/22 foi editada. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu que o ICMS-DIFAL é devido a partir de 5 de abril de 2022, devido ao lapso de noventa dias a partir da promulgação da lei. A decisão ainda não transitou em julgado e cabem embargos de declaração ainda a serem apresentados. A avaliação da Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos externos e internos, é a de que o risco envolvido nas ações propostas pela sociedade Mercado Pago é remota no que se refere ao período compreendido entre 1 de Janeiro de 2022 e 04 de abril de 2022, e provável no que se refere ao período compreendido a partir de 05 de abril de 2022. A sociedade Mercado Pago provisionou os montantes relacionados ao período com prognóstico de perda provável, no montante de R\$34.282. Os valores em discussão estão depositados em juízo. Os valores depositados em juízo de tais valores e demais processos judiciais atualizados em 30 de junho de 2024 é de R\$865.296 (2023 - R\$726.909) - nota 5.c (v). Para as demais ações de perda possível, o risco estimado em 30 de junho de 2024 totaliza R\$ 271.473 (em 2023 - R\$224.677), classificadas em natureza cível (R\$ 129.198), natureza tributária (R\$ 4.115) e trabalhista (R\$ 138.160).

12.b. Movimentação das provisões

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	917.926	40.885
Constituição/atualização/reversão	105.470	937.085
Pagamentos	(8.661)	(60.044)
Saldo final	1.014.735	917.926

12.c. Abertura de prazo das provisões

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisões Longo Prazo	1.014.735	917.926
Total	1.014.735	917.926

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.247.340 representados no valor por 1.247.340 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. A quantidade de ações estão assim distribuídas:

	%	<u>30/06/2024</u>	%	<u>31/12/2023</u>
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	100%	1.247.339.985	100%	982.339.985
Total (em reais)	100%	1.247.339.985	100%	982.339.985

Em AGE de 31 de janeiro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do MercadoPago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$395.000 mediante a emissão de 395.000.000 de cotas. O referido aumento foi aprovado pelo BACEN em 17 de março de 2022. Em AGE de 01 de dezembro de 2023, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do MercadoPago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$275.000 mediante a emissão de 275.000.000 de ações sendo totalmente subscrito nesta data. Deste montante, foram totalmente integralizados R\$10.000 e 265.000 deverão ser realizados no prazo de até 1 ano. O referido aumento foi aprovado pelo BACEN em 23 de fevereiro de 2024. Em AGE de 20 de março de 2024, foi aprovada pelo sócio representante da totalidade do capital social do MercadoPago, o aporte de R\$132.500 pendentes a realizar em até 1 ano. Ficam remanescentes o valor de R\$132.500 a ser realizado prazo de até 1 ano.

13.b. Outros Resultados Abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de valorização ou desvalorização do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos líquidos de impostos, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos.

14. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	345.221	421.388
Obrigações por empréstimos	(1.517)	35.536
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(65.826)
Resultado de variação cambial	(98.699)	51.734
Total	245.005	442.832

15. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OPERACIONAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receitas de prestação de serviços e operacionais (i)	8.245.118	7.106.524
Total	8.245.118	7.106.524

(i) Correspondem às receitas de prestação de serviços de transações de pagamentos, aquisição e comissões cobradas de operações realizadas dentro da plataforma do Mercado Livre (processamento das operações à vista e parceladas) ou de outras plataformas de e-commerce, pagamentos de compras, antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados e tarifa de retiradas. Refere-se também à outras receitas operacionais pelos serviços de intermediação no qual o Mercado Pago atua como correspondente bancário na originação de operações de crédito de bancos parceiros, receita de intermediação como emissor de cartão e vendas de MPOs.

16. DESPESAS DE PESSOAL

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas de pessoal		
Proventos	(286.755)	(266.728)
Encargos sociais	(40.651)	(32.313)
Benefícios	(13.626)	(12.833)
Treinamento	(348)	(20)
Total	(341.380)	(311.894)

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas administrativas		
Despesa com processamento de dados	(187.338)	(155.668)
Despesa com promoções e relações públicas	(124.557)	(132.527)
Despesa com propaganda e publicidade	(163.362)	(97.417)
Despesa com depreciação e amortização	(141.122)	(117.357)
Despesa com serviços técnicos especializados	(18.485)	(11.547)
Outras despesas administrativas	(24.827)	(19.022)
Total	(659.691)	(533.538)

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas tributárias		
Despesa de contribuição ao COFINS	(670.467)	(545.695)
Despesa de ISS	(163.121)	(138.138)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(137.190)	(118.473)
Outras despesas tributárias (i)	(128.002)	(150.010)
Total	(1.098.780)	(952.316)

(i) Correspondem substancialmente às despesas tributárias relacionadas a contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) e ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS).

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesa direta por transações de pagamentos (i)	(1.364.793)	(1.408.998)
Despesa com serviços ligados a transações de pagamento (ii)	(2.375.217)	(1.700.206)
Outras despesas operacionais (iii)	<u>(1.639.898)</u>	<u>(1.997.978)</u>
Total	<u>(5.379.908)</u>	<u>(5.107.182)</u>

(i) Referem-se substancialmente às despesas e custos diretos por transação relacionadas à meios de pagamentos.

(ii) Referem-se basicamente a despesas e custos com serviços associados a transações de pagamentos, como por exemplo: comissões a empresas de arranjo de pagamentos, emissões de boletos, custos associados a novas tecnologias, comissões com revendedores, prevenção a fraude e chargeback.

(iii) Correspondem substancialmente às despesas relacionadas à comercialização de equipamentos (MPOS) e rateio de despesas e custos operacionais com partes relacionadas.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

20.a Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	1.010.122	644.425
Alíquota vigente	34%	34%
IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	<u>(343.441)</u>	<u>(219.105)</u>
Efeito de itens permanentes:		
Incentivos fiscais (Doações Incent.)	1.200	-
Outros gastos não dedutíveis	<u>(3.449)</u>	<u>(986)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(345.690)</u>	<u>(220.091)</u>

20.b. Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos: Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos sobre:	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição e Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
PDD e Chargeback	89.674	17.092	106.766
Provisões para contingências e outras provis	370.144	61.829	431.973
Provisão para bônus	18.910	(3.074)	15.836
Derivativos	5.837	(18.985)	(13.148)
Total	<u>484.565</u>	<u>56.862</u>	<u>541.427</u>
Ativo Fiscal Diferido Ativo	484.565	70.010	554.575
Passivo Fiscal Diferido Passivo	-	(13.148)	(13.148)
Total	<u>484.565</u>	<u>56.862</u>	<u>541.427</u>

20.c. Prazo de realização do crédito tributário

	<u>Em 1 ano</u>	<u>Em 5 anos</u>	<u>Saldo</u>
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	109.454	431.973	541.427

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2024 é de R\$425.991(31 de dezembro de 2023 - R\$425.991).

21. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro e 2023, o Mercado Pago manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	30/06/2024			
	Valores a receber	Valores a pagar	Receita	Despesa
Deremate.Com De Uruguay S.R.L.	-	(9.552)	-	(66.132)
Ebazar.Com.Br Ltda.	126.701	(2.978.667)	-	(6.944)
Global Selling Llc (Previously Mercadopago International Llc)	27.722	-	-	-
Kangu Transportes LTDA	3.660	-	-	-
Meli Developers Brasil Ltda.	6.585	(34.944)	-	(46.953)
Meli Uruguay S.R.L.	-	(16.672)	-	(68.607)
Mercado Credito FIDC Nao Padronizados	3.378	(24.685)	7.106	-
Mercado Credito I FIDC Nao Padronizados	7.859	(139.841)	26.462	-
Mercado Credito II Brasil FIDC Nao Padronizados	12.845	(126.707)	27.610	-
Mercado Credito Merchant FIDC Nao Padronizados	3	(13)	20	-
Mercado Crédito Sociedade De Crédito, Financiamento E Investimento S.A	482.541	(5.169.489)	177.055	(212.528)
Mercado Livre FIM Crédito Privado I	144	-	-	-
Mercado Pago Corretora De Seguros Ltda.	168	(18.143)	-	-
Mercado Pago Lending Limitada	1	-	-	-
Mercado Pago Operadora S.A.	45	-	347	-
Mercadolending, S.A. de C.V.	1.412	-	1.837	-
Mercadolivre Chile Ltda.	-	(5.153)	-	(28.036)
Mercadolivre Colombia Ltda.	-	(28.171)	-	(193.789)
Mercadolivre Inc.	-	(239)	-	(1.546)
Mercadolivre S.R.L	11.577	(404.253)	20.490	(466.524)
Mercadolivre.Com Atividades De Internet Ltda.	8.895	(86.211)	-	(189.605)
Mercadopago Colombia Ltda.	-	-	120	-
Mercadopago Uruguay S.R.L.	4	-	56	-
Mp Agregador, S. De R.L. De C.V.	1.194	-	2.218	-
Psgac S. De R.L. De C.V.	-	(6.409)	-	(33.570)
Seller Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	-	(2.665.114)	-	-
Total	694.734	(11.714.263)	263.321	(1.314.234)

	31/12/2023			
	Valores a receber	Valores a pagar	Receita	Despesa
Deremate .com de Mexico S. de R.L. de C.V.	-	-	-	-
Meli Developers Brasil Ltda.	5.708	(32.897)	-	(277.148)
Deremate.Com De Uruguay S.R.L.	(8)	(9.366)	-	(112.794)
Ebazar.Com.Br Ltda.	128.512	(2.731.868)	-	-
Mercado Crédito Sociedade De Crédito, Financiamento E Investimento S.A	304.118	(4.592.977)	129.980	(610.173)
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	-	-	-	-
Mercadolivre Colombia Ltda.	(1)	(25.503)	-	(260.974)
Mercadolivre S.R.L	3.477	(531.401)	-	(1.269.448)
Mercadolivre.Com Atividades De Internet Ltda.	4.230	(24.046)	-	-
Mercadolivre Chile Ltda.	(22)	(6.338)	-	(75.494)
Mercado Pago Operadora S.A.	45	-	825	-
Global Selling Llc (Previously Mercadopago International Llc)	23.495	-	-	-
Mercadopago Colombia Ltda.	27	-	375	-
Mercadopago Uruguay S.R.L.	14	-	40	-
Meli Uruguay S.R.L.	-	(11.419)	-	(161.687)
Psgac S. De R.L. De C.V.	-	(10.585)	-	(77.363)
Mercado Pago Corretora De Seguros Ltda.	205	(15.290)	-	-
Mercadolivre Inc.	-	35	-	(3.202)
Mp Agregador, S. De R.L. De C.V.	441	-	4.949	-
Mercado Credito FIDC Nao Padronizados	930	(2.908)	10.962	-
Mercado Credito I FIDC Nao Padronizados	3.770	(256.517)	45.302	-
Mercado Credito II Brasil FIDC Nao Padronizados	3.912	(135.893)	40.159	-
Mercado Credito Merchant FIDC Nao Padronizados	5	(21)	54	-
Mercado Livre FIM Crédito Privado I	144	-	-	-
Seller Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	-	(1.856.169)	-	-
Total	479.002	(10.243.163)	232.646	(2.848.283)

A remuneração total dos administradores em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 3.539 (Em 31 de dezembro de 2023 - R\$5.868). As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais ou apresentam outras desvantagens.

22. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

Ativo	30/06/2024			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos e Valores Mobiliários	16.465.996	582.736	-	17.048.732
Títulos privados	-	582.736	-	582.736
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	559.486	-	559.486
Cotas de fundos de investimento	-	23.250	-	23.250
Títulos públicos	16.465.996	-	-	16.465.996
LFT - vinculados à prestação de garantias	16.465.996	-	-	16.465.996
Instrumentos Financeiros		39.364		39.364
Derivativos Ativo				
Termode Moeda- NDF - Hedge	-	39.364	-	39.364
Ativo	31/12/2023			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos e Valores Mobiliários	12.538.850	22.314	-	12.561.164
Títulos privados	-	22.314	-	22.314
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	12	-	12
Cotas de fundos de investimento	-	22.302	-	22.302
Títulos públicos	12.538.850	-	-	12.538.850
LFT - vinculados à prestação de garantias	12.538.850	-	-	12.538.850
Passivo				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(16.728)	-	(16.728)
Ativo				
Termo de Moeda- NDF - Hedge	-	89	-	89
Passivo				
Termo de Moeda- NDF - Hedge	-	(16.817)	-	(16.817)

23. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução BCB n° 265/22, o Mercado Pago, adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (operacional, de liquidez e de crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados. O Mercado Pago possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. O Grupo Mercado Livre instaurou um Comitê de Crise, composto pela Alta Administração das empresas/unidades de negócios do Grupo, entre elas o MercadoPago. Este Comitê se reúne periodicamente onde são discutidas e definidas as principais diretrizes e medidas a serem seguidas pelas empresas do grupo, seguindo inclusive as diretrizes governamentais e legislativas relacionadas a pandemia do Covid-19. Dentre estas discussões e medidas estão os temas relacionados aos Riscos Operacional, de Liquidez, de Crédito, de Tecnologia e de Segurança da Informação.

Esse Comitê também monitora os principais processos e controles da Companhia os quais estão operando normalmente. Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco Operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: i) falhas na proteção e na segurança de dados relacionados aos usuários finais ou transações de pagamento, ii) falhas de identificação e autenticação do usuário final, iii) falhas na autenticação das transações de pagamento, iv) fraudes internas e externas, v) práticas inadequadas relativas a usuários finais e serviços de pagamento etc. Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução BCB nº 265/22, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Riscos Financeiros. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos, limites mínimos de cobertura de saldo de moeda eletrônica de terceiros e de concentração de ativos. É feito também controle de antecipação de recebíveis junto às adquirentes que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. Em caso de necessidade, a Companhia também pode recorrer à linhas de crédito pré-aprovadas em instituições parceiras, assim como a sua Matriz para obtenção de empréstimo de longo prazo. A instituição possui dentro da estrutura de risco de mercado uma gestão específica para controle e gerenciamento do IRRBB (Interest Rate Risk of Banking Book) verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos e dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para o gerenciamento do IRRBB e risco de taxa, a instituição utiliza como principais metodologias para gestão do risco as sensibilidades do DeltaEve e o Var Paramétrico. A Instituição busca proteção utilizando os mesmos índices para seus contratos de ativos e passivos mitigando os riscos inerentes da volatilidade das taxas. Os depósitos de clientes e os empréstimos que estão fixados em taxa CDI são protegidos pelas aplicações em títulos e valores mobiliários atrelados à mesma taxa variável de juros (CDI). Os resultados são apresentados mensalmente pela área de riscos financeiros através de dashboard reportado para a alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites de controles são discutidos em reuniões sempre com viés de proteção a instituição da volatilidade do mercado que possam afetar sua exposição ao IRRBB.

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo inadimplementos. O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartões e das adquirentes, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos.

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeita ao risco de crédito, procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos.

24. LIMITES OPERACIONAIS

O Bacen determina às instituições financeiras reguladas a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo de Patrimônio Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Segundo as regras estabelecidas pelas Resoluções BCB 197/2022 até BCB 202/2022 entradas em vigência em 01 de julho de 2023, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial. No caso da Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda., o conglomerado é classificado como Tipo 3, quando a companhia regulada que lidera o conglomerado se trata de uma Instituição de Pagamento com uma instituição financeira integrante (Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A). A partir de 01 de julho de 2023 e em 30 de junho de 2024, o patrimônio de referência do conglomerado prudencial é de R\$ 2.626.620. Este valor é superior ao patrimônio mínimo requerido de R\$ 1.357.861. Nosso índice de capital observando o novo arcabouço de regras prudenciais em 30 de junho de 2024 é de 14,51%.

25. RESULTADOS NÃO RECORRENTES E RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do semestre aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2024, o Mercado Pago não possui valores de resultados não recorrentes.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia não possui eventos subsequentes.

27. OUTROS ASSUNTOS

A companhia está estudando os impactos previstos pela implementação da regulamentação estabelecida pelas Resoluções BCB nº 197 até a nº 202 de 11/03/22. A referida Resolução estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

O Plano de Implementação dos referidos normativos está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos enormes ou apresentam outras desvantagens. Implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

DocuSigned by:
Ricardo Lagreca
CDEE2834045E4D8...

Ricardo Lagreca Siqueira
Responsável Legal

DocuSigned by:
Gabriel Parreira
C430E001C3134E2...

Gabriel Parreira Faustino da Silva
Contador CRC-1SP301017/O-4